



O PERÍODO PÓS-EXÍLICO E O GOVERNO DE JUDÁ: QUESTÕES POLÍTICAS E RELIGIOSAS

William Robson Cazavechia¹

RESUMO: A presente pesquisa visa elucidar o período pós-exílico e o que ele representa para história, literatura e, posteriormente, para a interpretação dos textos bíblicos. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica tendo em vista autores que se debruçaram sobre a temática proposta de modo que algumas hipóteses fossem confirmadas. A saber, de que o período pós-exílico produziu alterações na sociedade israelita jamais antes vivenciadas; e, que tais mudanças repercutiram diretamente na sua compreensão histórica e teológica do mundo expressos, sobretudo, por livros bíblicos como o de Lamentações e Qohelet (Eclesiastes). Após o exílio os judeus foram reintegrados a Palestina pelos Persas. Em 539 a.C. o Império Babilônico encontra seu fim perante esse povo. A questão primordial e central de Israel no pós-exílio se tornou existencial. Quem é Israel? Problema que precisava ser solucionado (GUNNEWEG, 2002, p. 225). E uma das soluções foi voltar-se para a história. Esse também foi o empenho da presente pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-exílio; Questões Políticas; Problemas Religiosos

1 INTRODUÇÃO

A história de Israel revela um povo que se esforça em seu relacionamento com seu Deus. As vicissitudes desta história são tantas e os conflitos são constantes. Embora o período pós-exílico seja apenas uma parte desta história, é um período muito importante. Israel havia sido exilado pelos babilônios no ano 597 a.C. quando sua capital, Jerusalém, foi devastada pela ação do exército sob o comando de Nabucodonosor (605/4-562 a.C.). Foi o exílio o acontecimento que marcou para sempre a história de Israel. Nunca mais esse povo seria o mesmo. Sua existência como Estado independente havia chegado ao fim como também a sociedade marcada por seu culto nacional encontrou obstáculos insuperáveis. Embora não tenha sido o fim de sua história, o povo israelita sempre carregará consigo as marcas deste acontecimento. E, no período pós-exílico estas marcas podem ser encontradas.

O período pós-exílico é, portanto, um período complexo e de crises. Nele toda tradição procura se firmar diante os problemas causados pelas agressões estrangeiras. Ciro (550-530 a.C.), o Imperador persa que derrotou a babilônia, foi também responsável por um edito (no ano de 538 a.C.) que permitia a volta dos judeus para sua terra. A restauração se torna, devido a essa abertura concedida pelo imperador persa, o apetecer dos líderes israelitas. Sobretudo, o domínio sobre Israel foi contínuo. A Pérsia ofereceu as condições para a volta à terra própria do povo, entretanto, não deixou de dominar e governar Israel através de seu aparato administrativo, econômico e militar. Esse domínio certamente proporcionou crises para Israel em todos os âmbitos da vida, e de especial importância para esta pesquisa, crises que atingiram a religião e os discursos teológicos.

Destarte marcado pela tentativa de restauração, o objetivo desta pesquisa referente ao período pós-exílico é justamente a crise. Mais especificamente a crise da ideia de Deus (SICRE, 1994, p.278) e consequentemente, a crise do discurso teológico dos séculos V-III. Nessa época surgem os livros de Jó e Eclesiastes (Qohélet), obras que se distanciam dos resultados e do otimismo de seus antecedentes. Aprofundam as questões da existência humana e procuram restaurar a imagem de Deus perdida devido às vicissitudes históricas sofridas pelo povo. Confrontam uma religiosidade falsa baseada em uma relação comercial com Deus. É um discurso teológico saudosista que nada tinha de relação com a dura realidade do povo. Estes livros procuram falar de Deus a partir de uma experiência vivencial.

2 JUSTIFICATIVA

A justificativa de uma pesquisa sobre a crise no pós-exílico é a de que hoje a teologia e religião também enfrentam dificuldades com as transições que viemos sofrendo. O problema do sofrimento do inocente é um problema histórico que continua presente na sociedade atual. A teologia tem diante dela essa dificuldade e precisa responder a altura sem recorrer a uma religião fundamentada em um comércio com Deus baseada em respostas prontas que não leva em consideração a realidade. Em outras palavras, é calcada em um pensamento retributivo utilizado para oferecer respostas às mais diferentes situações, sem conhecê-las realmente. Os livros desse período estabelecem princípios fundamentais para teologia, ela deve ser construída a partir dos conflitos vivências. Mas, sem o conhecimento desse contexto histórico evidenciado pela pesquisa, a compreensão dos

¹ Acadêmico do Programa de Mestrado em Educação do PPE – UEM/PR na linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação e membro do Grupo de Pesquisa Sobre Política, Religião e Educação na Modernidade – UEM. cazavechia.william@hotmail.com.br



textos incorre em erros graves. Quando lidos corretamente, despertam toda tradição teológica para esse fato. Nos dias atuais discursos teológicos são aceitos, mas, se continuarem distantes da realidade de quem o ouve, se firmam enquanto confirmações de ideologias predominantes. E também se são aceitos continuam a legitimar o poder opressor. A teologia não conseguirá responder e agir se simplesmente atribuir esse sofrimento ao pecado ou a algum tipo de determinação divina. A contribuição dessa pesquisa para esse quadro é sua proposta de um reconhecimento do período em que teologia e religião israelita tiveram que responder à realidade em transição.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de uma perspectiva crítica. Por considerar os componentes necessários para o conhecimento bíblico, como a história, a antropologia e a sociologia os métodos de abordagem são os da teologia e história bíblicas. Métodos que compreende várias fases no processo de sua execução como levantamento e análise das fontes em seus próprios contextos. Reconhece que os textos bíblicos não apresentam um todo sistemático e valoriza suas reminiscências elaboradas em determinados períodos da história de Israel, por isso visa sua reconstrução. Assim, sobre as bases dos resultados adquiridos a partir da pesquisa histórica será desenvolvida sua posterior interpretação e conclusão. É uma pesquisa do tipo bibliográfico. Indispensável também foi a leitura de textos teóricos referentes ao período pós-exílico da história de Israel e leituras que abordem todo o contexto sócio-político e ideológico do período.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A história de Israel², de acordo com o relato bíblico, é antes de tudo uma “expressão da fé e do testemunho de fé” (GUNNEWEG, 2005, p. 31). Assim, tem mais uma função teológica do que propriamente histórica – no sentido moderno que o termo história acabou adquirindo³. Nas palavras de Brown (2003, p. 555) falando sobre as questões atuais sobre a história de Israel, “o testemunho bíblico para o historiador é uma fonte entre muitas, a ser submetida a um escrutínio crítico”. Portanto, a abordagem da história israelita nesse trabalho não tem a preocupação em demonstrar a historicidade das tradições bíblicas, mas sim a de esclarecer o ambiente, da forma mais abrangente possível, do período que estamos falando, o pós-exílico⁴.

O período em questão é, sobretudo, a “época dos epígonos”. Do começo ao fim as principais figuras, como Esdras, Neemias e Ageu, não tinham a intenção de inovação. Esses principais personagens eram apenas restauradores do passado. Queriam restaurar o presente com o passado “e não ter sido integralmente restaurado não estava em seus planos” (ARENHOEVEL, 2004, p. 322). **Nesse período quem anuncia algo, anuncia apelando para os textos antigos, e, quem escreve algo, escreve apelando para um grande nome do passado. Assim, são válidas as palavras do escriba enquanto são explicações destes textos.** Essa tendência, segundo Arenhoevel (2004, p.323), é evidenciada pelo grande número de textos que surgem nessa época. São textos atribuídos a grandes personagens do passado. O autor não tem autoridade e coloca seu livro sob o nome que lhe atribuiria autoridade. Por exemplo, livros como *Cântico dos Cânticos* e *Qohélet* atribuídos a Salomão.

O principal motivo para esse fato é que o traço que permanecia nessa comunidade com seus antepassados era a religião⁵. Essa afirmação religiosa foi assegurada institucionalmente (mediante reedificação do templo e os serviços prestados nele, e o restabelecimento dos ritos e festas) e por meio da reunião dos escritos antigos. Por volta de 450 a.C. estes escritos incluíam dois grandes blocos de narrativas (Gênesis a Números e

² “Nos estudos bíblicos correntes, “israel” e “israelita” (distintos de “israelense”, cidadão do moderno Estado de Israel) referem-se ao povo na sua história primitiva até ou através do exílio babilônico, enquanto “judeu” e “judaico” referem-se ao povo depois da reintegração na Palestina logo após o exílio. O termo “judeu” vem da palavra hebraica *y’hudî*, “judaita” (“judeu” na forma latinizada posterior), ou seja, da tribo da terra ou reino de Judá no uso pré-exílico. Após o exílio, o termo *y’hudî* referia-se principalmente aos judeus em sentido inclusivo, onde quer que eles morassem, mas ocasionalmente era aplicado mais restritamente a judaitas/judeus, ou seja, àqueles judeus que habitavam numa comunidade palestinese restaurada na terra e no Estado antigo de Judá. “Israel” é também empregado para todo o período bíblico, especialmente ao falar do povo como entidade religiosa. “Hebreus”, outrora usado extensivamente para referir-se aos primitivos israelitas, agora não goza de preferência. A língua da Bíblia, uma forma do antigo cananeu, denomina-se “hebraica”. Assim, com “Bíblia Hebraica” queremos significar que as Escrituras judaicas foram escritas na língua hebraica” (GOTTWALD, 1988, p.19). No trabalho não faremos com tanto rigor essa distinção.

³ Schmidt (1994, p.17), falando sobre a história no Antigo Testamento, diz que “sua exposição constitui um *testemunho de fé* que não conserva a tradição em sua configuração original, “historicamente pura”, mas a relaciona com o respectivo momento histórico, modificando-a com isso ao mesmo tempo”.

⁴ Compreende-se período pós-exílico o período posterior ao exílio babilônico. De acordo com Schmid (1994, p.17), a história de Israel pode ser demarcada, a grosso modo, em seis grandes períodos. A saber: 1- Pré-história nômade (séc. XV(?) – XIII a.C.); 2- Época pré-estatal (séc. XII-XI a.C.); 3- Época da monarquia (ca. De 1000-587 a.C.); 4- Exílio (587-539 a.C.); 5- Época pós-exílica (a partir de 539 a.C.); e, 6- Era do helenismo (a partir de 333 a.C.). Entretanto, compreendemos o período do helenismo como parte do que chamamos pós-exílio. Seria o período do segundo templo.

⁵ Ao lado de muitos textos anônimos surge também algo novo. Não era possível restabelecer o passado. Assim, o período pós-exílico pode ser enquadrado em três temas: o templo, a lei, a escatologia. Os três se desenvolvem depois da catástrofe da queda de Jerusalém e possibilitam o surgimento do judaísmo (ARENHOEVEL, 2004, p.323).



Deuteronômio a Reis). Em meio a elas encontravam-se as instruções sobre o culto e a vida cotidiana na forma de leis dadas a Moisés. Com base nessas leis a comunidade se reorganizou (GOTTWALD, 1988, p. 111)⁶.

Grande parte da literatura israelita preocupa-se com a história de seu povo. Sobretudo, quando falamos do pós-exílio, estamos falando de um período fragmentário. Embora a obra do Cronista (I e II Crônicas, Esdras e Neemias) tenha surgido nesse período, a preocupação dela ainda é com o passado de Israel. A história contemporânea não era tida como a mais importante (ARENHOEVEL, 2004, p. 318).

As experiências do exílio e do domínio estrangeiro marcaram a consciência histórica do judaísmo. A historiografia deuteronomista e a do Cronista testemunham que o Deus de Israel é o Senhor do mundo e da história, apesar da realidade do exílio o do domínio estrangeiro, respondendo exatamente às dúvidas quanto ao poder de Deus (MAIER, 2005, p.115)⁷.

A história era tida como palco da ação divina. Por isso a preocupação com ela. Israel era o lugar específico dessa ação. Iahweh sempre age nessa história desvendando o futuro e dando sentido ao presente (GUNNEWEG, 2005, p. 202). **Toda a historiografia tem por objetivo responder a “problemativa do poder” provocado pelo exílio e pela dominação estrangeira. A afirmação que Israel é o povo eleito de Deus é central e parte daí a preocupação em compreender a relação entre o poder de Deus e o exercido pelo domínio estrangeiro (MAIER, 2005, p. 121).**

Gunneweg (2005, p. 322-223), afirma que a obra do cronista, tendo em vista essa preocupação, evidencia alguns temas. O primeiro é que a dinastia davídica está assentada no trono de Deus. O segundo diz respeito ao dogma da retribuição. Esse dogma foi aplicado ao indivíduo em alguns livros da literatura sapiencial. Assim, cada ser humano tem seu destino determinado por suas ações. O terceiro tema advém desse, ou seja, “quem peca é punido”. Daí vem a noção de que o “verdadeiro Israel” são aqueles que foram para o exílio. O quarto tema é a afirmação de que o verdadeiro Israel é uma teocracia⁸. Todos temas voltados para a tentativa de reafirmar Israel como o povo de Iahweh.

Sobretudo, ainda sim, de acordo com Vaux (2003, p. 124), o fim das instituições políticas de Israel está marcado com a queda de Jerusalém. Fato inegável é que, nas palavras do autor, a Judéia:

será daí em diante parte integrante dos impérios neobabilônico, persa, [ptolomeu e] selêucida, que lhe imporão o estatuto habitual de suas províncias e, quando os hasmoneus reivindicarem o título de reis, estarão ainda sobre tutela. (...) Nos limites da autonomia religiosa e cultural que ainda conservam, os judeus constituem uma comunidade religiosa, regida por sua lei religiosa, sob o governo de seus sacerdotes⁹ (VAUX, 2003, p. 124).

⁶ “A tal ponto foi central o papel prescritivo destas leis, que a coleção completa Gênesis a Deuteronômio passou a ser conhecida como a Lei de Moisés” (GOTTWALD, 1988, p.111). Além desses dois grandes haviam outros escritos que incluíam livros proféticos, salmos, alguma literatura sapiencial e pequenas histórias independentes. Entretanto, não há um princípio claro no trabalho de ordenação do cânone da bíblia hebraica. Existiu um processo histórico da formação do cânone, que segundo Schmidt (1994, p.14-15), se deu em três fases de composição devido suas próprias divisões internas que redeu aos escritos hebraicos o título de *Tanak* (Tora (Gn, Ex, Lv, Nm, Dt – séc. V/IV a.C.); *Nebiim* (Profetas anteriores, Js, Jz, 1-2 Sm, 1-2 Rs, e Profetas posteriores, Is, Jr, Ez e Livro dos doze Profetas (Os – MI) – séc. III a.C.); e *Kethuvim* (Sl, Jó, Pv, 5 Megillot: Rt, Ct, Ec, Lm, Et; Dn, e Obra historiográfica Cronista – Ed, Ne e 1-2 Cr – ca. de 100 d.C.)).

⁷ Essa história deuteronomista, de acordo com Gottwald (1988, p.230), abrange quatro fases, “a época de Moisés e a legislação (Deuteronômio); a época de Josué e a conquista (Josué); o período dos Juizes e a apostasia e a opressão (Juizes – I Sm 7); e a época da monarquia, desde Saul até a queda de Judá (I Sm 8-2Rs)”. É uma composição de livros que começa em Deuteronômio e tem sua continuidade por I e II Samuel, e, I e II Reis. A obra deuteronomista teria sido composta pouco depois do último acontecimento narrado. Ou seja, por volta da metade do século VI a.C. Configura-se como um balanço depois da destruição e exílio de Jerusalém pelos babilônios (LOHFINK, 2004, p.263). Certamente que tal acontecimento fomenta a perspectiva do compilador (es) / redator (es). O deuteronomista vê a história à luz do exílio. “Israel está na salvação (...) enquanto permanece fiel à Aliança. (...) Era preciso ressaltar sempre que Iahweh (...) não omitiu nada que pudesse desviar Israel do abismo. Se Israel nele se precipitou, foi por culpa própria” (*Idem*, p.269-270). O objetivo de toda a obra não é tanto a história, mas a explicação da história do povo sob a óptica do documento da Aliança, do Deuteronômio. “A concepção teológica de fundo do livro [deuteronômio] é expressa pela fórmula da Aliança. Iahweh cumpriu a promessa feita aos pais por amor, escolhendo Israel, sem méritos seus, como propriedade particular, tirando do Egito, dando-lhe a aliança e introduzindo-o na terra de Canaã. Como Deus e Senhor de Israel, ele exige obediência às premissas da Aliança, que tem sua expressão nas leis” (*Idem*, p.237). De acordo com Lohfink (2004, p.260): “Israel abandona Iahweh – Iahweh pune Israel por meio dos outros povos, Israel se arrepende (os israelitas “invocam Iahweh”) – Iahweh salva o seu povo suscitando um juiz – reina a paz por algum tempo, até que Israel novamente se afaste de Iahweh”. A história do cronista tem a mesma perspectiva, mas aponta ainda para Esdras e Neemias como instrumentos de Iahweh para a continuação da história do povo. Como repatriados e verdadeiros representantes do povo de Deus.

⁸ Nas palavras de Gunneweg (*Idem*), “a obra do Cronista é um fracasso, (...) a experiência do cotidiano contradiz essa teocracia supostamente realizada, e essa contradição é inegável”. Desse fracasso consideramos a crise no pós-exílio. Crise da qual surge obras como a de Jó e *Qohélet*.

⁹ Vaux, em seguida, afirma que a comunidade volta ao regime teocrático. Sobretudo, o faz a partir de uma perspectiva canônica, considerando apenas os textos de *Esdras* e *Neemias*. Segundo Maier (2005, p.59), essa concepção é questionada quando se leva em consideração o surgimento de vários grupos com conteúdos distintos entre aqueles que não foram para o exílio. Além disso, dois pontos são importantes nesse período. O primeiro consiste na disputa acerca das tradições que devem compor a Tora; e segundo, é o sentido da história, que era vista linearmente e em sua totalidade caminhava para um fim. A forma definitiva dos livros bíblicos foi completada e processou-se a



Portanto, mesmo organizado religiosamente, o exílio representa para Israel uma grande crise. Segundo Gunneweg (2005, p. 286), “a perda do Estado, da realeza e, para elite exilada, da terra, do templo e de Sião” representam uma grande catástrofe nacional que questionava a religião tradicional. Afinal, a derrota de um povo na antiguidade equivale a inferioridade de seu deus ou deuses. Agora possivelmente lahweh poderia ser inferior aos poderes estrangeiros. O exílio foi sinônimo de sofrimento. O cerco em Jerusalém no ano 586 a.C. foi um cerco de horror. “Jerusalém e o templo foram destruídos, e os melhores dentre os filhos de Israel foram levados para o exílio por uma estrada juncada de cadáveres” (VV.AA, 1986, p. 69).

O livro de *Lamentações* descreve com excelência grande parte desse sofrimento. Nele encontramos, segundo Perlitt (1981, p.295), a crise, sobretudo, para os que não foram exilados. Segundo o relato, os estrangeiros vilipendiaram o templo, a capital, a terra da herança e a dinastia. E esses são dados visíveis. O pior, segundo o autor, foram as consequências invisíveis dessa destruição que abalou a crença no poder de lahweh. O questionamento diz respeito “a existência de Deus com o qual tudo se relacionava”. O Templo era considerado a morada de Deus. Tradição que foi afirmada por Davi e Salomão. Sua queda representa a queda da sua presença. Ele próprio perdera a força. Assim também acontece com a cidade de Jerusalém. O Templo e a cidade escolhidos por Deus agora não passam de restos. Toda a segurança fora abalada. Assim também a terra, que era propriedade de Deus. Ela era uma herança que o povo havia recebido de seu Senhor. Toda a tradição histórica concebia Israel dessa maneira. Era um povo que tinha um templo, uma cidade, uma terra e uma dinastia que também sucumbiu com o exílio¹⁰.

Segue-se então, por conseguinte **a destruição de Jerusalém, a crise. Que acaba se configurando em uma confusão de identidade. Era eminente um esquecimento histórico.** De acordo com Ceresko (2004, p. 32), “num único golpe, tudo o que parecera estar no âmago de sua vida como povo – a cidade santa de Jerusalém, seu Templo e suas ricas tradições cúlticas, assim como a casa real davídica – fora levado de forma brutal”. A questão que precisa ser respondida agora diz respeito à identidade do povo. Com isso, nas palavras de Arenhoevel (2004, p.332):

O templo e o sacerdócio exercem sobre a comunidade uma influência muito maior do que antes. O sumo sacerdote se torna o único representante do povo. Distinguindo-se dos outros povos unicamente pelo seu modo de vida, isto é, pela “Lei”, a comunidade se mantém fiel à Lei com toda a dedicação, para continuar a ser povo de Deus. Os usos característicos de Israel recebem uma ênfase especial.

Após o exílio os judeus foram reintegrados a Palestina pelos Persas. Em 539 a.C. o Império Babilônico encontra seu fim perante esse povo. Embora fora outorgada aos israelitas a liberdade em assuntos culturais e religiosos, não eram politicamente independentes. A autoridade “era dividida localmente entre um sumo sacerdote e um governador responsável perante os persas” (GOTTWALD, 1988, p. 110). Em outras palavras, Israel já não exercia nenhuma atividade relevante nos assuntos do antigo Oriente Próximo. A Palestina encontra-se agora sobre o *domínio persa*. Segundo Arenhoevel (2004, p. 318-319), comparado aos impérios semitas anteriores, os persas eram tolerantes. Conquanto que reconhecessem a autoridade imperial, os diversos grupos étnicos poderiam reconstituir-se. Também o povo israelita valeu-se dessa concessão¹¹. As principais “entidades”, como diria Gottwald (1988, p. 402), das divisões administrativas persas eram denominadas satrapias (“protetorados”). Eram divididas em províncias e a “liderança dentro da comunidade judaica restaurada ficou dividida em esferas civis e religiosas de responsabilidade, delegadas respectivamente a um governador e a um sacerdote chefe” (GOTTWALD, 1988, p. 402).

Ora, devido a tolerância, a impressão deixada pelos persas marcou profundamente a consciência histórica do judaísmo. Foram os persas que derrotaram os babilônios e permitiram a reconstrução do templo destruído por eles. Assim, facilmente o líder persa foi considerado servo de lahweh. A soberania régia de lahweh ainda pode ser confirmada (MAIER, 2005, p. 58). A questão primordial e central de Israel no pós-exílio se tornou existencial. “Quem é Israel?” é problema que precisava ser solucionado (GUNNEWEG, 2002, p. 225). E uma das soluções foi voltar-se para a história. Por isso ela ganha tanta importância e passa a ser vista como se desenvolvendo para um fim definido, “estabelecido por Deus”. Sobretudo, essa linha retilínea da história depende da obediência de Israel à vontade de Deus. A desobediência interrompe e atrasa o curso linear rumo ao fim (MAIER, 2005, p.275).

transição para a Religião do Livro. Ao delinear os problemas da Lei e da história, tornou-se um grande problema a verdadeira interpretação. O que certamente contribuiu para a formação dos grupos.

¹⁰ Um nacionalismo unificador, de uma “política ideal livre sob o cetro de Davi”, desenvolvendo uma teologia oficial de Judá baseada em uma aliança, semelhante a que lahweh havia feito com Moisés (BRIGHT, 2003, p. 387).

¹¹ É nesse período que os reformistas voltam do exílio com um grande impulso religioso, o objetivo era uma restauração completa. *Esdras* é considerado o fundador do judaísmo. Trás consigo do exílio prescrições antigas que foram aplicadas à nova situação da comunidade pós-exílica. A intenção era restaurar o passado. Entretanto, as novas circunstâncias impedem o desenvolvimento de uma comunidade unificada e sem conflitos (*Ibidem*).



Assim sendo, no pós-exílio todo o esforço dos repatriados está voltado para o templo. Esse era guardado pelo clero de Jerusalém mancomunado com os interesses do governo (STORNILO, 2002, p. 23). Os exilados se viam como representantes de todo o Israel, e frente aqueles que permaneceram em Judá tinham a pretensão de estabelecer uma precedência de elite. Esse grupo que voltou do exílio considerava que deveria ajudar na superação da crise. Assim, formou-se uma religião “elitista”, com penetração teórica e seleção de tradições e a formulação de tudo por escrito. Exigências normativas que criaram a tradição canonizada. Desde então, o conflito entre tradições normativas e a religião vivida no dia-a-dia apareceram. Os repatriados tinham no isolamento do exílio o pressuposto para se reconhecerem como os portadores da promessa e o núcleo para o futuro da comunidade remanescente (MIER, 2005, p. 44-45)¹².

Podemos afirmar com segurança que o exílio afetou profundamente todo o povo israelita. E as evidências disso estão no período posterior. Tendo em vista estas implicações procuramos descrever esse contexto como o contexto de livros desse período, como o livro de *Qohélet* e *Jó*. Nos restringiremos ao exemplo singular como produto dessa época ao primeiro.

O contexto de *Qohélet* é o da Palestina ptolomaica¹³. Ora, Durante o século III a.C. ela esteve ligada ao Egito. Com as conquistas de Alexandre o Grande, a partir de 332 a.C., formou-se um dos maiores impérios que o Oriente Médio já conheceu. Diante dele o regime persa que estava também sobre Judá e Jerusalém sucumbiu pela força de seu militarismo. As condições para expansão do comércio foram possíveis. Assim como para cultura, filosofia e religião gregas que se configuraram como fortes “instrumentos ideológicos para a subjugação e exploração das nações conquistadas” (CERESKO, 2004, p. 36). Todavia, após a morte de Alexandre, o império começou a ruir, enquanto seus generais lutavam entre si por vantagens. Como resultado destes conflitos, o general Ptolomeu acabou assumindo o domínio do Egito e firmou sua capital na “nova cidade de Alexandria, que em breve tornou-se uma das maiores cidades do mundo”. Contudo, somente após a batalha de Ipsos (301 a.C.), Ptolomeu assume o domínio completo sobre a Palestina (BRIGTH, 2003, p. 493). Embora a parte que coube a ele não tinha grande extensão, tal fato não se configura como prejuízo, pois, “o que lhe possibilitava excelente união e coesão” (STORNILO, 2004, p. 8) provinha justamente da facilidade de estabelecer seu domínio de forma homogênea por todo o território.

Nesse período de ascensão, a Palestina, outrossim, foi integrada na complexa administração do império dos Ptolomeus. Esse império foi notável pela sua atividade econômica. Agentes do monopólio real viajavam por toda a terra em busca de mercadorias necessárias ao Egito como azeite, madeira e vinho. Enquanto viajavam mantinham contatos com outros funcionários situados em centros administrativos espalhados por todo o território ptolomaico (AHARONI, 1999, p. 135). Segundo Brighth (2003, p. 493), é provável que tenham feito o mínimo de mudanças no sistema administrativo herdado dos persas. Alguns dos governadores já instalados foram mantidos, como é o caso de Tobias, um dos responsáveis pela Transjordânia, incumbido de manter a ordem e remeter o dinheiro dos impostos. As estruturas culturais e sociopolíticas permaneceram. Por outro lado, as unidades administrativas foram decompostas em unidades menores supervisionadas nos diferentes níveis por agentes civis, militares e financeiros (GOTTWALD, 1988, p. 414). O rei tinha como assistente de finanças um ministro. Era esse ministro o responsável por um “verdadeiro exército” de funcionários que o representava em uma hierarquia administrativa, assim também acontecia nos demais níveis. “O país estava dividido em distritos e estes, subdivididos em toparquias, reuniam diversas cidades e aldeias. O sistema funcionava de modo a canalizar todo o dinheiro para a capital” (STORNILO, 2004, p.10). A condição dos judeus, portanto, era a mesma, gozavam da posição que tinham quando estavam sujeitos aos persas, ou seja, “permaneceram súditos submissos e gozavam de uma paz relativa” (BRIGTH, 2003, p.594).

A política de dominação deste recente império trazia em seu cerne a concepção governamental subsidiada pela religião que concebia os reis (faraós) como encarnações do deus Amon Rá. Uma vez dono de todo o território, o rei poderia dispor das riquezas naturais da terra e das pessoas sem problemas. “Esse tipo de governo recebeu amplo apoio da filosofia grega”, tudo estava nas mãos do rei (STORNILO, 2004, p. 8). Sistema utilizado, segundo Ceresko (2004, p. 36), “para tirar as riquezas dos povos, a quem regiam por meio de taxas e arrecadação”. As diferenças aumentaram, por um lado os proprietários de terra, e, por outro as ricas classes de aristocráticas seculares e sacerdotais. A elite dirigente era composta tanto por estrangeiros como por colaboradores judeus da classe alta:

Muitos pequenos fazendeiros e suas famílias se viram privados de suas propriedades, enquanto que as classes ricas, aristocráticas, acumulavam uma quantidade cada vez maior de terra para si e/ou como agentes de potências dirigentes estrangeiras. Fazendeiros e pastores agora despojados de seus bens trabalhavam a terra como meeiros ou lavadores/diaristas (CERESKO, 2004, p. 36).

¹² Em Judá, mesmo depois da destruição das instituições dominantes, corte e templo, e a deportação da elite, não impediu o desenvolvimento da sua vida própria (*Ibidem*). Fato esse que não foi levado em consideração pelos repatriados, o que produziu vários conflitos entre grupos.

¹³ As considerações sobre a datação do livro são mais detalhadas quando falarmos sobre o livro em particular no capítulo 4 do presente trabalho.



Mantido o antigo sistema persa de “designação dual de governador e sumo sacerdote em Jerusalém” contribuiu para que os monopólios estatais sobre as exportações, ligados à pesada taxação assegurada por estes funcionários locais que acabavam servindo seus próprios interesses, “originava uma pressão deliberante sobre a maioria da população rural” (GOTTWALD, 1988, p. 414-415). O sumo sacerdote tinha a responsabilidade de pagar tributo à coroa devido a economia lucrativa do templo. Embora não se possa falar em uma quantia exata, o peso dos impostos e tributos colocados sob Judá superou os valores do período que se encontrava em domínio dos Persas. Uma vez estas quantias pagas e a ordem mantida, “os ptolomeus aparentemente não interferiram nos negócios internos de Judá” (BRIGTH, 2003, p. 594).

A Palestina era uma das hiparquias (distritos) da província de Celessíria. Em cada uma das hiparquias havia um ecônomo responsável pelo recolhimento dos impostos (STORNILO, 2004, p.11). Esse recolhimento severo de impostos certamente aumentou a quantidade dos impostos recolhidos em Judá. Entretanto, essas quantias permaneciam nas mãos das classes superiores. Ademais, as investidas ptolomaicas para exploração das riquezas naturais, apesar de ter favorecido o cultivo do solo, aumentado a produtividade e a população, serviram, juntamente com o recolhimento de impostos, como meios para manobras “de uma elite judaica para prosperar a partir da arrecadação de impostos e monopólios estatais de comércio sobre produtos tais como vinho e óleo” (GOTTWALD, 1988, p.414). A agricultura não se voltava para a produção de cereais e hortaliças para a população nativa. Estes fatores contribuíram para a emigração de grande parte da população judaica para várias partes da Ásia Menor e principalmente para o próprio Egito. Uma vez que o próprio Ptolomeu I levou consigo prisioneiros em uma de suas campanhas palestinas. “Outros, sem dúvida, seguiram como mercenários voluntários” (BRIGTH, 2003, p.594-595)¹⁴.

Diante dessas condições impostas pela economia de mercado em expansão já não respeitando a vida, certamente valores e relacionamentos mais antigos vieram a sucumbir. “Com a potência regente estrangeira e seus agentes”, valores e padrões éticos baseados na compaixão humana vieram a ser substituídos por medidas materialistas de riqueza e de influência (CERESKO, 2004, p.36). Ademais, a cultura grega que com certeza abrangeu todas as regiões ao passo que Alexandre o Grande marchava para suas conquistas se torna desafiadora para os judeus, uma vez que a cultura e religião judaica se diferem do pensamento grego. Enfim, como nos diz Gottwald (1988, p.539): “A situação socioreligiosa deste sábio perspicaz [Qohélet] é uma montagem onde tanto *Deus como o governo estão distanciados do povo*”. E suas soluções, portanto, não tem como serem tão ortodoxas, pois volta-se para o povo com fins de fazê-lo compreender que o agir de Deus é também um agir misterioso em seus propósitos. Um consolo para os pobres em meio à opressão, pois, questiona, mesmo recorrendo ao mistério, a autoridade e a validade do preceito, até então predominante, de que Deus retribui ao homem à medida de seus atos.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa, portanto, evidencia os detalhes de uma transição. Marco, para a historiografia, de períodos distintos. As conclusões até aqui são justamente a certificação de que o contexto em questão alterou profundamente a compreensão desse povo sobre si mesmo e sobre as suas relações com povos circunvizinhos. Além de atestar o fato de que a religião, política, economia e sociedade são domínios permeados uns pelos outros, a presente pesquisa poderia destacar como seus resultados quatro pontos principais. A saber:

1 – Nesse período quem anuncia algo, anuncia apelando para os textos antigos, e, quem escreve algo, escreve apelando para os grandes nomes do passado. Assim, são válidas as palavras do escriba enquanto são explicações destes textos. Vale lembrar, a produção dos textos deste período reflete também a transição da oralidade para a textualidade, o que pode ser objeto de pesquisas futuras;

2 – E vidência que o esforço historiográfico dessa época tem por objetivo responder a “problemática do poder” provocado pelo exílio e pela dominação estrangeira. Afinal, esse domínio representava, em muitos aspectos, o sofrimento do povo. A afirmação que Israel é o povo eleito de Deus era central e parte daí a preocupação em compreender a relação entre o poder de Deus e o exercido pelo domínio estrangeiro. Em outras palavras como compreender a concessão do poder estrangeiro? Problemática levantada e respondida a partir da reinterpretação de sua religião e tradição;

3 – A destruição de Jerusalém represente a maior das crises enfrentadas. Acaba se configurando em uma confusão de identidade. Era eminente um esquecimento histórico. A questão primordial, como chamamos a atenção no texto, é existencial. Perguntam-se: Quem é Israel? Problema que não poderia deixar de ser enfrentado. E uma das soluções foi voltar-se para a história, para a memória até então resguardada. Entretanto,

¹⁴ “Os judeus do Egito logo adotaram o grego como língua nativa (...), a partir do século terceiro, foi feita a tradução para o grego, primeiro da Torá e depois dos outros livros [Septuaginta] (...). A existência das Escrituras em grego representa um tremendo desenvolvimento, não só abrindo novos horizontes de comunicação entre os judeus e os gentios, como também preparando o caminho para um impacto maior do pensamento grego sobre a mentalidade judaica” (*Idem*).



não resguardada apenas como um arquivo, mas, o que nos leva para o último ponto, como a produção de textos que lidam com essa problemática atualizando e superando alguns preceitos do passado.

4 – Exemplo dessa atualização e revisitação da história para que não se perca sua identidade como povo, é o livro de Qohelet que se coloca como produto desse tempo. Evidenciando a vivacidade espiritual que o período exigiu para que fosse mantida viva a identidade israelita.

Certamente a pesquisa pode ser continuada sob vários aspectos, pois, como deixa explícito o texto, o período é bastante rico e a produção textual da época bastante significativa. Mas, ainda sim se coloca como indicações importantes quanto aos principais desafios enfrentados pelo então Estado em reestruturação pelo qual passou Israel nesse período.

REFERÊNCIAS

ARENHOEVEL, Diego. O Período Pós-Exílico, Período Anônimo. In: SHREINER, J. *Palavra e Mensagem do Antigo Testamento*. SP: Teológica/Paulus, 2004. Capítulo XVI, p. 317-332.

BRIGTH, John. *História de Israel*. SP: Paulus, 2003.

BROWN, William P. Uma Atualização na Pesquisa da História de Israel. In: BRIGTH, John. *História de Israel*. SP: Paulus, 2003, p.553-575.

CERESKO, Anthony R. *A Sabedoria no Antigo Testamento: espiritualidade libertadora*. SP: Paulus, 2004.

GOTTWALD, Norman K. *Introdução Socioliterária à Bíblia Hebraica*. SP: Paulus, 1988.

GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. SP: Teológica/Loyola, 2005.

LOHFINK, Norbert. A Mensagem da Aliança: O Deuteronômio. In: SHREINER, J. *Palavra e Mensagem do Antigo Testamento*. SP: Teológica / Paulus, 2004. Capítulo XI, p. 221-238.

MAIER, Johann. *Entre os Dois Testamentos: história e religião na época do segundo templo*. SP: Loyola, 2005.

PERLITT, Lothar. Acusação e Absolição de Deus. In: GERSTENBERGER, Gerhard S. *Deus no Antigo Testamento*. SP: Aste, 1981. Capítulo X, p.291-312.

SICRE, J. Luis. *Introdução ao Antigo Testamento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

STORNIOLO, Ivo. *Como Ler o Livro de Eclesiastes: Trabalho e Felicidade*. SP: Paulus, 2004;

VV.AA. *As Raízes da Sabedoria*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

WAUX, R. de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Teológica, 2003.